

Volume

31/1

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Acervos: Diferentes suportes de memória

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinícius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

*Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos
Educação*

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista - Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janet Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

*Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -
Marília)*

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

*Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha
(UNICAMP)*

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

*Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal
de Uberlândia)*

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

*Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)*

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)

*Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de
Coimbra)*

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

*Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade
de Évora)*

*Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade
do Minho)*

*Profa. Dra. Maria Silvia Di Liscia (Universidad Nacional
de La Pampa – AR)*

*Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

*Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de
Buenos Aires).*

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de
História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill
(NDH-UFPEL) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso
(Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural
Santa Casa Porto Alegre)*

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do
NDH-UFPEL. Fonte: Núcleo de Documentação
Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner*

*Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva
(FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS);
Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira
(UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia
Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do*

Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Leticia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maira Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo-RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

Catálogo – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/1
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907

ARQUIVOS DE FAMÍLIA, DO INTIMISMO DOS SOLARES AOS DEPÓSITOS DO ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL (PORTUGAL): DOCUMENTOS DE, E, PARA TODOS

FAMILY ARCHIVES, FROM THE INTIMACY OF THE MANORS TO THE DEPOT OF THE ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL (PORTUGAL): DOCUMENTS OF, AND, FOR ALL

Paula Sofia Fernandes

Licenciada em Ciências Históricas – ramo científico, pela Universidade Portucalense, pós-graduada em Ciências Documentais, ramo arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutorada em História da Idade Moderna, pela Universidade do Minho. Desde 1999, exerce as funções de Diretora do Arquivo Municipal de Penafiel. Investigadora do Lab2pt – LandS – Universidade do Minho. Publicou várias obras, bem como, diversos artigos em obras periódicas e publicações conjuntas.

E-mail sofiacostafernandes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1636-9702>

Resumo: O Arquivo Municipal de Penafiel, desde 2003, tem desenvolvido uma parceria com os detentores de arquivos de família e arquivos pessoais de forma a proteger estes espólios. Através de contratos de depósito ou de tratamento e digitalização, pretendeu-se salvaguardar estes fundos e torna-los disponíveis a todos os interessados, quer sejam membros da família mais afastados, quer historiadores, simples curiosos e genealogistas, entre outros. Com mais de uma dezena de protocolos assinados, milhares de documentos serão disponibilizados on-line, permitindo que a história destas famílias que entronca e se funde na história local e, muitas vezes, nacional, saia do intimismo dos solares, das gavetas dos armários, do fundo das arcas, para os computadores mundiais, de todos os interessados em estudar ou conhecer estas Casas, famílias e redes da oligarquia desta região.

Palavras-chave: Arquivos; Protocolos; Tratamento documental; Famílias.

Astract: Since 2003, the Arquivo Municipal de Penafiel has developed a partnership with the holders of family archives in order to protect these estates. In this way, through deposit or treatment and scanning contracts, it was intended to safeguard these funds and make them available to all interested person, whether they are members of the most distant family, historians, curious people and genealogists, among others. With more than a dozen signed protocols, thousands of documents will be made available on-line, allowing that this families history connect and merge into local and, often, national history get out of the intimacy of the manors, from the closet drawers, from the bottom of the coffers, to the world's computers, from all those interested in studying or knowing these Houses, families and networks of the oligarchy of this region.

Keywords: Archives; Protocols; Documentary Treatment; Families;



Introdução

O Arquivo Municipal de Penafiel, desde 2003, tem vindo a desenvolver uma política de apoio e preservação dos arquivos de família e arquivos pessoais do concelho onde se encontra inserido. Pretendeu-se, desta forma, resolver vários problemas que se vinham fazendo sentir, nesta localidade, mas que, também, são visíveis por todo o país. Muitos destes espólios documentais têm desaparecido, devido às más condições de conservação e armazenamento dos mesmos, à dispersão e fracionamento de fundos arquivísticos por diversos proprietários, resultantes de partilhas, a inacessibilidade destas fontes documentais aos investigadores, entre outros fatores.

A família é, desde tempos imemoriais, a base fulcral da nossa sociedade. Foi entre elas e dentro delas que se travaram as primeiras lutas de poder, foram muitas delas que construíram as primeiras confrarias e variadas instituições públicas, foram os seus membros que lutaram pelos cargos políticos, passando, muitas vezes, de gerações para gerações. Foi no seio familiar que se começou a dar relevo às crianças, foi dentro das casas que muitas mulheres se começaram a impor. Foi, quer na família nuclear, quer na família alargada, com os seus criados, foreiros, amigos, que se travaram relações fortes. Dentro delas, por gerações, observamos a ascensão socioeconómica, o acumular de riqueza, a perda de bens, a divisão das propriedades. Era no seio familiar e no círculo de amigos que, frequentemente se discutiam as decisões políticas que mudaram a vida portuguesa. Era, nos quartos destas casas, quintas e solares que se escreviam cartas que mudavam vidas, que se teciam laços. Era, nas suas cozinhas, que se ensaiavam novos sabores e que, muitas vezes, se matava a fome a muitos pobres. Era, nos portões destas casas que se reuniam as cruces do compasso na época pascal, numa festa alargada a toda a comunidade. Todos estes fatores tornam os arquivos de família um manancial de informação histórica de suprema relevância que importa salvaguardarmos e ajudarmos os seus proprietários a protegê-los. Os arquivos de família e os arquivos pessoais fazem parte do património cultural pois possuem valor histórico e documental que extravasa, na sua maior parte, o interesse pela memória familiar. São testemunhos importantes para a história da localidade onde se inserem, muitas vezes para a história nacional, para a história económica, social, política, religiosa e das mentalidades. É um dever dos proprietários, mas, também, das comunidades, dos profissionais da informação, dos historiadores zelarem para que estes arquivos sejam identificados, reconhecidos, conservados, valorizados e divulgados¹.

Desta forma, os arquivistas, bibliotecários, profissionais da informação e os historiadores necessitam criar meios e soluções para salvarguardar estes arquivos e torná-los acessíveis ao público, pois perder esta informação, é perder a memória, é lapidar a história. Nesse sentido, o Arquivo Municipal de Penafiel levou a cabo, durante estes 22 anos, várias iniciativas, com o objetivo de trazer estes documentos, guardados em arcas e armários dentro de velhos solares, à luz do dia. Estabeleceram-se protocolos com os proprietários de arquivos de família e arquivos pessoais. Iniciou-se o mapeamento e o recenseamento de todas as casas nobres e grandes casas agrícolas da

¹ Cf. FERNANDES (2014), p. 78.





região. Tem-se procedido ao incentivo e fomento do uso desta fonte documental para trabalhos académicos, biográficos e genealógicos, através de congressos, debates, publicações, e aulas abertas nas universidades.

Protocolos entre o Arquivo Municipal e os detentores destes espólios

A partir de 2003, o Arquivo Municipal de Penafiel criou vários protocolos visando a salvaguarda destes fundos documentais². Estes foram de duas tipologias: protocolo de depósito e protocolo de tratamento e digitalização. No primeiro caso, a documentação será tratada arquivisticamente, digitalizada para ser disponibilizada *on-line* e ficará à guarda do Arquivo Municipal. Este contrato é utilizado, apenas, no caso de a família não reunir condições materiais para albergar o espólio. No segundo caso, o fundo documental após ser descrito, acondicionado, digitalizado, regressa aos seus proprietários, ficando o Arquivo com os documentos em suporte digital para disponibilizar aos utentes. Esta solução é a que consideramos mais vantajosa para ambas as partes contratantes, uma vez que, não se quebram os laços com os produtores/detentores do fundo, ficando o mesmo integrado no espaço onde foi criado e conservado, muitas vezes, durante séculos e onde se inter-relaciona com as peças existentes, com os objetos, quadros, fotografias, entre outros. Para além do facto de o próprio Arquivo Municipal, por razões de espaço de depósito teria, se assim não fosse, que pôr limite ao número de protocolos. Quer no caso do protocolo de depósito, quer no de tratamento e digitalização, as famílias detentoras dos referidos arquivos não perdem o título de propriedade dos mesmos, como acontece com as doações dos acervos a uma instituição. Os documentos são devidamente conservados, catalogados, descritos e divulgados, continuando propriedade da família que os produziu ou que os tinha à sua guarda, muitas vezes, desde há séculos.

O Arquivo Municipal não elaborou um modelo único de contrato de depósito ou de contrato de tratamento e digitalização. As características destes instrumentos, da sua duração, das contrapartidas para os dois outorgantes³ variam com as necessidades e objetivos de cada família e de cada fundo documental. No caso dos protocolos/contratos de depósito, o fundo documental apesar de continuar a pertencer à família, fica depositado no Arquivo Municipal de Penafiel, nos seus depósitos, com temperatura e humidade controladas, com sistemas de controlo de bibliófagos, sistemas de deteção e extinção de incêndios. O seu tratamento arquivístico e a digitalização de todos os documentos que compõem esse acervo documental e a sua disponibilização *on-line*, permitem que seja fruído, quer por investigadores, quer por todos os descendentes da família que o produziu, em qualquer parte do mundo. Por sua vez, no caso dos protocolos/contratos de tratamento e digitalização, o acervo documental fica no Arquivo Municipal de Penafiel, apenas durante o tratamento arquivístico e digitalização. Após o tratamento concluído, o mesmo regressa à família que lhe deu

² De 2003 a 2025 foram assinados 17 protocolos, sendo 14 de tratamento e digitalização e somente 3 de depósito.

³ Referimo-nos à família e ao Arquivo Municipal.



origem, sendo depositado na casa onde foi produzido ou acumulado. O Arquivo Municipal de Penafiel fica com o direito às imagens digitalizadas, podendo difundir as mesmas e colocar os documentos digitais, daí resultantes, ao dispor dos seus utentes. Esta modalidade, contudo, só deverá ser efetuada se os proprietários criarem as condições adequadas para a conservação e preservação do seu arquivo, pois todo o processo de tratamento arquivístico acarreta enormes despesas e trabalho que deverá ser preservado e respeitado.

A escolha de uma ou outra modalidade de protocolo/contrato implica uma análise das condições de cada família, dos seus interesses, dos laços e vínculos que os unem ao seu arquivo. Tem-se verificado que muitos proprietários optam, inicialmente, pelos protocolos de tratamento e digitalização, pois pretendem que o acervo regresse às suas casas, mas, depois, contingências variadas levam a que alterem o contrato para depósito. Manter as quintas, solares e palacetes torna-se cada vez mais difícil e dispendioso. A venda destas propriedades e a transferência de seus arquivos, por vezes de enormes dimensões, para casas menores é completamente inviável. A morte ou envelhecimento do detentor destas casas e as consequentes partilhas, a fragmentação da propriedade, dos bens e do arquivo, leva muitos possuidores destes acervos a optarem pelo depósito no Arquivo Municipal, onde, desta forma, continuará a ser de todos os descendentes. No entanto, ficando alojado nos depósitos do Arquivo Municipal o espólio perde a sua contextualização. Ou seja, dissipa-se toda a envolvência que lhe deu origem. Os escritórios e as escrivaninhas onde os documentos foram redigidos, os velhos armários, arcas de folheta, os baús de madeira onde os pergaminhos e papéis foram armazenados, muitas vezes, durante séculos. Muitas destas casas nobres são verdadeiros “museus vivos” de uma época e das suas vivências, onde, ainda, se mantêm objetos, vestuário, utensílios, quadros, retratos, bibliotecas que permitem a quem vá estudar estas famílias conhecer melhor a sua história. Todos esses objetos, em conjunto com o arquivo e a biblioteca das ditas casas, são preciosos para os investigadores, sendo ideal que permaneçam juntos, salvaguardando esse ambiente.

Os protocolos que temos vindo a estabelecer, ao longo destes 22 anos, para tratamento destes arquivos de família, foram efetuados, na sua maior parte, com famílias naturais ou originárias de Penafiel. Contudo, também estabelecemos alguns protocolos com famílias cujas casas se situam nos concelhos circundantes. Assim, foram abertas exceções para arquivos de família, cuja entidade detentora do mesmo, apesar de estar noutro concelho, possuía ligações familiares com entidades detentoras de outros arquivos, já em depósito nesta instituição, e porque nesses concelhos não existiam arquivos municipais que pudessem salvaguardar o dito espólio⁴.

⁴ Referimo-nos, por exemplo, ao arquivo da casa de Juste, em Lousada, com ligações por via de casamentos à quinta da Aveleda, em Penafiel, já tratada arquivisticamente pelo Arquivo Municipal de Penafiel. Ao arquivo particular do arquitecto Furtado Mendonça, em Castelo de Paiva, mas que fazia parte dos arquivos da casa do Fôfo e da casa dos Morgados, ambas em Penafiel, sendo estes 3 fundos pertencentes, na atualidade, a 3 primos, mas com um tronco comum, assente na sua maior parte no concelho Penafidense. Exatamente por isso, demos a este fundo o nome Família Moreira Aranha Furtado Mendonça.



Estes protocolos/contratos permitiram, assim, que mais de uma dezena de arquivos de família estivessem agora disponíveis ou em vias de disponibilização a todos os interessados. Permitiram que estes documentos que, até há poucos anos, eram desconhecidos da comunidade e totalmente inéditos, se tornassem importantes e valiosas fontes documentais. Da esfera privada passassem para património cultural de todos. Desta forma, para melhor se conhecer estes acervos documentais e a sua importância para a história, analisaremos alguns dos mais relevantes, individualmente.

O arquivo da Família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada

O Arquivo Municipal de Penafiel assinou em 2003, protocolo de tratamento e digitalização para a salvaguarda da documentação da casa da Companhia, situada na freguesia de Paço de Sousa, em Penafiel. Este fundo documental encontrava-se disperso por várias dependências do referido solar, nomeadamente, em armário próprio na cave, em arcas, e no escritório e biblioteca da casa. O estado de conservação deste fundo era, no geral, bom, pois havia um cuidado especial com a documentação, sendo consultada frequentemente, pelos seus proprietários. Os danos existentes consistiam, na sua maior parte, no facto de grande parte dos documentos se encontrarem dobrados em maços, com persistência de vincos profundos, encadernações destruídas nas lombadas devido ao uso e a mudanças rápidas de temperatura e humidade, entre as diversas estações do ano, no lugar onde se encontravam.

Este sistema documental que denominamos de Família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada possui dimensões consideráveis, encontrando-se muito completo. Inicialmente, pensámos tratar-se de documentos apenas referentes à casa da Companhia, detentora do espólio. Mas, na realidade e após análise mais detalhada, verificamos que eram documentos provenientes, também, de outras casas. A união, por matrimónio, de detentores de outros solares a esta família, levou à incorporação de várias propriedades que vieram por dote e arras e, consequentemente trouxeram consigo os arquivos e documentos dessas propriedades e de seus antepassados. Desta feita, este sistema documental divide-se em vários subsistemas relacionados, sendo maior o referente à casa da Companhia⁵; seguido do da casa do Poço, no concelho de Lamego⁶;

⁵ Este subsistema baliza entre os séculos XVII e XX e encontra-se, presentemente, a ser descrito e digitalizado, estando, à medida que vamos efetuando esse trabalho, a ser disponibilizado *on-line*, no programa de gestão documental do Arquivo Municipal de Penafiel (GEAD).

⁶ Não se trata do arquivo completo deste morgadio. O arquivo do morgadio da casa do Poço deveria ter sido de grandes dimensões, quer devido à sua antiguidade, quer pelas inúmeras propriedades que possuía, quer, ainda, pelas ligações matrimoniais que estes morgados tiveram com outras grandes casas da região do Alto Douro Vinhateiro. Contudo, a partir de finais do século XIX, em grande parte devido ao fim da lei do morgadio, foi-se fragmentando pelos diversos herdeiros desta casa, paralelamente, ao fracionamento e divisão, por herança, do seu património imóvel. A documentação desta casa chegou à família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada, mais concretamente à posse da Dra. Filomena Alpendurada, da casa da Companhia, por mão de D.^a Maria Filomena de Carvalho Rebelo Teixeira de Sousa Magalhães, neta do 1.^o visconde do Peso da Régua e de sua esposa Maria dos Prazeres de Carvalho Rebelo de Meneses, senhora da casa do Poço. D.^a Maria Filomena de Carvalho Rebelo Teixeira de Sousa Magalhães, nascida na casa do Poço, em 1849, casou com Francisco António Pereira de Magalhães, da

o subsistema da casa dos condes de Alpendurada, também denominado casa dos Loureiros⁷; o subsistema casa de Choupelo⁸, no concelho de Vila Nova de Gaia e, por fim, o subsistema referente à casa do Pinheiro, em Amarante⁹.

O acervo documental da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada é uma mais-valia para o estudo da história das famílias e mesmo dos aspetos políticos, económicos e sociais da Época Moderna. Os seus documentos balizam, temporalmente, entre o século XV e o século XX. No que respeita ao subsistema da casa da Companhia, a sua documentação permite conhecer melhor as propriedades que a Companhia de Jesus detinha na região do Vale do Sousa, pois o fundador do morgado da Companhia, José de Azevedo, vinculou grande parte destas propriedades, compradas em hasta pública, após a extinção dos Jesuítas. Permite, ainda, verificar-se a ascensão da burguesia ligada ao vinho do Porto e as estratégias de nobilitação usadas, essencialmente, pelo referido José de Azevedo, fundador do morgadio¹⁰. O facto de não possuir lacunas documentais, nem temporais, possibilita o estudo da gestão do morgadio através das 3 gerações que assumiram essa função¹¹. Por fim, a importância desta família no que respeita à defesa dos ideais liberais e o papel dos mesmos na revolução vintista, também, não deve ser descurada. Por sua vez, se tivermos em conta o acervo documental proveniente da casa do Poço e o facto deste arquivo ter sofrido uma dispersão significativa, mais aumenta a importância da documentação que possuímos, essencialmente, no que diz respeito à história da alta nobreza duriense, às estratégias matrimoniais que uniram várias famílias nobres do Douro, Beiras e Trás-os-Montes e às instituições de vários vínculos e capelas em Lamego, Vila Flor, Marialva, entre outras.

As dimensões impressionantes deste fundo, composto por milhares de documentos, leva a que o processo de tratamento arquivístico do mesmo seja moroso. No entanto, para não privarmos os investigadores de acederem ao mesmo, à medida que os documentos vão sendo descritos e digitalizados, vão sendo disponibilizados para consulta¹².

casa dos Loureiros e deste matrimónio nasceu o 2.º conde de Alpendurada. Na 1.ª metade do século XX, com o casamento do 3.º conde de Alpendurada com D.ª Maria Teresa Lucinda de Oliveira Leite Pereira de Melo, senhora da casa da Companhia, uma parte da documentação da casa do Poço transitou para a casa da Companhia. Uma parte deste subsistema está já descrito e disponível *on-line*.

⁷ Do qual possuímos uma pequena parte do acervo, ficando a grande parte do arquivo na posse do atual conde de Alpendurada, irmão da Dra. Filomena Alpendurada. A parte do arquivo que possuímos respeita ao 2.º e 3.º condes de Alpendurada. Esta documentação é datada dos séculos XIX e XX.

⁸ A casa de Choupelo é a atual casa do Vinho do Porto Croft.

⁹ Trata-se de um subsistema de pequenas dimensões, pois só possuímos documentação desta casa, até à gestão da primeira morgada da casa da Companhia, que a herdou de sua irmã, D.ª Ana Benedita.

¹⁰ Sobre o fundador do morgado cf. GOMES (2016), n/num.

¹¹ Sobre a administração de Pedro Leite Pereira de Melo cf. CARDOSO (2016), n/num.

¹² A consulta do fundo documental da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada pode ser efetuada em <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=7A6DD6B9-BA76-4EF6-A91F-F6E19EA78DAA>



O arquivo da Casa das Mouras

Em 2004 foi assinado protocolo com os proprietários da casa das Mouras, em Rio-de-Moinhos, concelho de Penafiel. Contudo, os contactos para o tratamento desta documentação já vinham a decorrer desde 2001. Tal demonstra-nos que a abordagem por parte dos arquivos públicos às famílias é um processo moroso, que deve ser efetuado calmamente, de forma a ir-se conquistando aos poucos a confiança dos proprietários dos acervos documentais. A documentação desta casa encontrava-se em más condições de acondicionamento, em estantes de madeira com vestígios de caruncho e vários bibliófagos, numa sala própria onde se encontrava o arquivo e a biblioteca. Desta forma, optou-se por uma limpeza sumária, seguida de recenseamento, ainda na dita casa, sendo, depois, transferida para o Arquivo Municipal de Penafiel onde se procedeu a uma desinfestação do acervo por anoxia. O documento de arquivo mais antigo deste fundo documental remonta a 1509 e o mais recente a 1921, sendo de razoáveis dimensões¹³. A casa das Mouras possui ligações à casa do Bovieiro¹⁴, em Abragão, também neste concelho de Penafiel, o que demonstra que muitas destas famílias se interligavam, sendo a recuperação dos seus arquivos fundamentais para o estudo da sociedade. Esperemos que a salvaguarda e a disponibilização destes arquivos permita, no futuro, um estudo alargado destas famílias e uma futura rede de arquivos familiares.

O Arquivo da casa das Mouras já se encontra tratado arquivisticamente, está descrito no programa informático do Arquivo Municipal (Gead). Já se encontra disponível para consulta, estando a iniciar-se a digitalização dos documentos, também para disponibilização na web¹⁵. Ressalva-se a importância da biblioteca desta casa, com muitas obras raras¹⁶. Este fundo documental possui documentação do morgadio da Vela, na cidade do Porto. Os documentos relativos à gestão das propriedades do referido morgadio vieram, juntamente com o seu morgado, para a casa das Mouras, quando este casou com uma senhora desta casa e passaram a residir em Rio-de-Moinhos. Desta forma, a importância deste fundo documental ultrapassa, em muito, a circunscrição geográfica da casa das Mouras, trazendo à luz do dia, documentos relativos a um dos maiores morgadios da cidade do Porto.

¹³ Trata-se de 54 livros; 35 maços; 58 cadernos; 45 bifólios; 139 fólios; 2 postais.

¹⁴ O Arquivo Municipal de Penafiel, também, estabeleceu protocolo com os proprietários desta casa, encontrando-se, também, a tratar este acervo. A casa do Bovieiro e a casa das Mouras pertenceram à família Monteiro Guedes de Vasconcelos Mourão. A casa do Bovieiro ainda se encontra na posse desta família, enquanto a casa das Mouras passou por via testamentária para outra família.

¹⁵ Esta documentação pode ser consultada em <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=15506F2D-E31A-4F32-8434-0E5CDE9F1A72>

¹⁶ Este fundo documental, foi, mais tarde (2012-2013), descrito no âmbito do mestrado de Vilma Cardoso, como projeto do Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Cf. CARDOSO (2013), p. 1-470.



O arquivo da Casa de Mesão Frio

O protocolo com a casa de Mesão Frio foi assinado no ano de 2005. Esta casa fica situada na freguesia de Valpedre, concelho de Penafiel. Apesar de se tratar de um pequeno fundo documental, pois este sistema foi-se perdendo ao longo dos anos, quer porque se dispersou por vários membros da família, quer, ainda, porque não houve um grande cuidado com a sua conservação. A intervenção do Arquivo foi quase imediata, na tentativa de salvaguardar o pouco que restava do dito fundo. Encontrava-se, assim, em muito mau estado de conservação, devido ao facto de ter permanecido por algum tempo depositado numa garagem, em caixas de madeira, possuindo muitos fungos, bolores e mesmo cogumelos. Este acervo é um dos muitos exemplos que revelam o grande flagelo que acontece na atualidade aos arquivos de família. Os problemas de partilhas entre os herdeiros, o facto de muitas das casas em que os mesmos se encontravam instalados, estarem, pelo menos temporariamente, desabitadas, o fracionamento das propriedades que, antes, se encontravam vinculadas por morgadio, bem como estes documentos terem perdido valor administrativo ou probatório, são factores que contribuem para a dispersão dos fundos documentais das mesmas. Se não tivéssemos intervindo em 2005, este fundo documental já não existiria.

Este acervo, cujas datas extremas balizam entre 1724 e 1944, é muito lacunar¹⁷, mas permite-nos conhecer, essencialmente, a gestão patrimonial nesta zona, a evolução de uma família de baixa nobreza, ligada à terra, com vários filhos a seguirem a carreira eclesiástica, de forma a não haver grande dispersão de propriedades. O fundo documental da casa de Mesão-Frio¹⁸ já foi descrito, digitalizado e encontra-se disponível para consulta *on-line*¹⁹. Juntamente com o Arquivo, o fundo bibliográfico da dita casa, também entrou no Arquivo Municipal de Penafiel, tendo sido depois transferido para a Biblioteca Municipal desta localidade, com vista a um tratamento mais especializado, tal como, também, aconteceu com a biblioteca da casa das Mouras.

O Arquivo do Morgado da Aveleda

O protocolo de tratamento e digitalização da documentação detida pela Sociedade Agrícola e Comercial Quinta da Aveleda foi assinado em 2008. O sistema Morgado de Aveleda é, tal como o sistema Família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada e da casa do Bovieiro (Família Monteiro Guedes de Vasconcelos Mourão), dos maiores fundos particulares que o Arquivo Municipal detêm²⁰. As datas de produção desta documentação são, igualmente, alargadas, sendo o documento mais antigo de 1527 e o mais recente de 2008. Este sistema documental encontra-se já tratado

¹⁷ Compõem-se por 47 cadernos; 20 bifólios; 95 fólios, 2 maços e 1 envelope.

¹⁸ A casa remonta ao século XVI e a capela é da evocação de São José, de finais do século XVIII.

¹⁹ Cf. <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=F2E6905E-29CF-475C-AF65-5CB4B5E456C2>

²⁰ Compõem-se de 181 maços, 100 livros, 1109 cadernos, 250 bifólios, 310 fólios, 21 processos e 18 plantas.



arquivisticamente e, graças à candidatura apresentada à fundação Calouste Gulbenkian, em 2011, foi totalmente digitalizado, tendo regressado à sua entidade detentora, em 2014. Os documentos em suporte digital estão disponíveis para consulta *on-line* no programa informático do Arquivo Municipal²¹.

O fundo do morgado da Aveleda permaneceu durante anos, talvez séculos, na quinta da Aveleda, num edifício destinado a escritório, em estantes próprias, com caixas mandadas fazer para o efeito, pelos proprietários. Possuía ordem original, estando toda a documentação organizada pela família, pelo menos desde inícios do século XIX, com as caixas e maços devidamente numerados. A orgânica deste sistema foi mantida até à atualidade e devidamente respeitada pelos produtores. O Arquivo Municipal honrou a mesma, pois um dos aspetos mais importantes deste acervo documental é o facto de se ter mantido durante décadas organizado, sendo frequentemente, consultado pela família. O facto de estes proprietários terem criado uma sociedade comercial que se mantém na mesma família desde a sua fundação, evitou após o fim do morgadio, a fragmentação das propriedades já desvinculadas, e a consequente dispersão do arquivo. A este aspeto somou-se o facto de a família residir na quinta ou nas suas imediações, esta continuar a ter produção, as propriedades permanecerem na posse da sociedade, continuando a dar aos documentos um valor legal, probatório e até administrativo. O que aliado ao carater afetivo que a família tem para com a sua história, permitiu que chegasse até nós um fundo muito completo. Tal permite um estudo muito aprofundado, essencialmente, para o século XIX, das vivências, relacionamentos e sentimentos desta família, até porque chegaram até nós séries completas de recibos, faturas, correspondência, diários, para além dos documentos de carater patrimonial.

As uniões matrimoniais dos membros da Aveleda, com herdeiras de várias casas nobres, essencialmente, ligadas à nobreza palaciana, ainda tornaram este arquivo mais rico, pois estas fidalgas trouxeram para a Aveleda, parte do espólio documental dessas casas²². A somar a estes aspetos, não podemos deixar de referir a vasta série de cartas políticas, para o século XIX, muitas delas confidenciais, dirigidas ou recebidas por vários ministros do reino, ou enviadas a vários caciques locais. O facto deste arquivo já se encontrar há uns anos disponível ao público, permitiu que servisse de base a vários estudos científicos, existindo, já várias publicações que utilizaram muitos destes documentos como fontes documentais²³.

²¹ Cf. <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=A69621D1-25D8-456F-99A8-CA2168E4F876>

²² Referimo-nos entre outras aos documentos de Joana Felizarda Delfina de Abreu Aranha e Araújo; Maria Leonor Teresa da Câmara; Maria Filomena de Lacerda Castelo Branco e Maria Helena de Sousa e Barros Van Zeller.

²³ Cf. FERNANDES (2018), p. 389-414; FERNANDES (2024), p. 254-273; ZELLER; CUNHA (2023), Tomo II, p. 770-844; 936-956; 1211-1233.





O Arquivo da Família Sottomayor e Menezes/Magalhães da Silva

Nesse mesmo ano de 2008, foi assinado protocolo com os representantes da casa de Cabanelas, em Bustelo, Penafiel. As datas extremas de produção documental deste arquivo vão de 1618-1974. Apesar de, ainda possuir umas dimensões consideráveis²⁴, o arquivo encontra-se longe de estar completo, uma vez que, nos finais do século XX, inícios deste século, com as partilhas efetuadas por esta família e mudança de propriedade da casa de Cabanelas, o arquivo dividiu-se por vários herdeiros. Desta forma, este fundo documental é uma ínfima parte do que teria sido a produção desta casa. Em 2017-2018 foi alvo de tratamento arquivístico, no âmbito do estágio curricular desenvolvido por Vasco Ribeiro dos Santos, no seu mestrado em História e Património, no ramo Arquivos Históricos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto²⁵. O inventário deste arquivo já se encontra disponível para consulta e já se iniciou a digitalização dos documentos para que, igualmente fiquem disponíveis para consulta via net, permitindo aos investigadores o seu acesso a qualquer hora, em qualquer parte do globo²⁶. Ressalvamos a importância deste sistema documental para o estudo da oligarquia local desta região, uma vez que vários membros desta família ocuparam cargos importantes e de gestão em Penafiel, sobretudo, no século XIX. Relevante, também, a par dos outros fundos já aqui mencionados, para o estudo das estratégias matrimoniais existentes e as formas usadas por estas grandes casas e famílias para preservarem e manterem o património, evitando a dispersão do mesmo por um grande conjunto de herdeiros. Fundamental, ainda, para o estudo socioeconómico da região.

Este acervo documental, bem como o arquivo do morgado da Aveleda, o arquivo da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada, o arquivo da casa das Mouras e o arquivo da família Monteiro Guedes de Vasconcelos Mourão, de que falaremos em seguida, são fundamentais para o estudo da guerra civil entre liberais e absolutistas, neste território.

O Arquivo da Família Monteiro Guedes de Vasconcelos Mourão

Após um interregno de cerca de 8 anos sem se proceder a assinatura de protocolos, uma vez que havia necessidade de se tratar os arquivos que tínhamos na instituição, assinou-se, em 2016, protocolo de tratamento e digitalização com o representante da casa do Bovieiro, em Abragão, em Penafiel. Este fundo documental, de grandes dimensões²⁷, encontra-se dentro do solar, em sala própria, dentro de um longo armário que sempre foi usado para arquivo, estando os livros na parte superior e

²⁴ É composto por 1 livro; 38 cadernos; 53 maços; 15 processos; 3 separatas; 1 caderneta; 15 agendas; 1 pasta; 114 envelopes; 112 postais; 2 plantas; 2 blocos; 877 bifólios e 1384 fólios.

²⁵ Cf. SANTOS (2018).

²⁶ Pode ser consultado em: <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=36BB08F9-6DDB-460F-920B-4FA4CB515F01>

²⁷ Ainda não passível de contabilização, pois, ainda, não se efetuou o recenseamento de toda a documentação.

os maços em gavetas, ordenadas pelas propriedades da casa do Bovieiro. Apesar do arquivo se encontrar dentro da casa do Bovieiro e uma vez que a família era detentora de muitas casas solarengas, muitas delas que vieram para a família pelos sucessivos casamentos, ao longo da história da mesma, optamos, por usar o nome da família como nome para o fundo documental.

Salienta-se, ainda, o facto de este arquivo possuir um núcleo de livros de notas, de notários de Porto Carreiro e de alguns concelhos circundantes, respeitantes aos séculos XVI e XVII, que até 2016, acreditávamos estarem perdidos, uma vez que não se conhecia o seu paradeiro. Tal deveu-se ao facto de existirem vários ascendentes desta família que foram tabeliães no extinto concelho de Porto Carreiro. Sabemos, também, que António de Vasconcelos Cyrne, grande genealogista e primo de José Monteiro Guedes de Vasconcelos Mourão, senhor da casa e quinta do Bovieiro, ter residido nesta casa e ser estudioso deste arquivo, nos finais do século XVIII. Tal levou-o a consultar, amiudamente, estes livros de notas para as suas genealogias. Este conjunto de situações, provavelmente, explica que este fundo dos Tabeliães do Concelho de Porto Carreiro não tenha dado entrada no Arquivo Distrital do Porto, apesar de serem de incorporação obrigatória no mesmo. Estes livros de notas já se encontram tratados arquivisticamente, digitalizados e disponíveis *on-line*²⁸, tendo os livros regressado à casa do Bovieiro.

O arquivo desta família não deu entrada no Arquivo Municipal de Penafiel na sua totalidade. A família possui um vínculo sentimental muito grande ao mesmo e, dessa forma, não permitiu a entrada de todo o fundo para tratamento. Permitiu-se, assim, apesar de não ser o ideal em termos arquivísticos, que os documentos vão entrando faseadamente no Arquivo Municipal, vão sendo descritos, digitalizados e disponibilizados no nosso programa de gestão arquivística e retornam à entidade detentora. Após essa entrega, a família traz nova remessa para se descrever e tratar. Desta forma, ainda é impossível determinar com exatidão as datas extremas do fundo e o volume exato do mesmo, apesar de sabermos que oscila entre o século XVI e o século XX. Uma parte significativa deste acervo documental já se encontra tratada arquivisticamente e digitalizada, podendo ser consultada via web²⁹. Contudo, ainda falta procedermos ao tratamento de centenas de documentos, aos quais, ainda, não tivemos acesso.

O fundo dos tabeliães do concelho de Porto Carreiro constitui uma fonte muito importante para a história da região, permitindo estudos genealógicos, sociais e económicos. Para além destes aspetos, o facto desta casa se ter mantido, durante séculos, pelo menos desde a centúria de quinhentos até aos dias de hoje, na família Monteiro de Vasconcelos Guedes Mourão, permitiu a existência de um núcleo coeso de documentos, com uma larga margem temporal de produção. A tudo isto, alia-se o caso desta família se ter ligado por matrimónio a várias casas nobres da região de Penafiel e áreas

²⁸ Podem ser consultados em: <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=1adb7435-e029-417c-aca7-27bb9ce4f3ed>

²⁹ Para aceder a este acervo veja-se: <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=DE5AD22C-E1F5-404A-92AC-0C2844C6E549>



circundantes, nomeadamente, à quinta da Aveleda e à casa das Mouras, entre outras, permitindo estudos alargados destas famílias da nobreza local.

Arquivo da família Moreira Aranha Furtado de Mendonça

O protocolo para tratamento deste fundo documental foi assinado, também, em 2016. Apesar do seu tratamento se estar a iniciar, salientamos a importância do mesmo, por diversos aspetos. Assim, esta família, tal como a família que mencionamos anteriormente, detinha um importante fundo de tabelionato. Trata-se do fundo dos tabeliães do concelho de Paiva³⁰. O facto deste arquivo dos tabeliães não ter sido incorporado num arquivo público, como a lei determina, explica-se, provavelmente, por o avô do atual proprietário deste arquivo ter sido conservador do registo notarial de Paiva e Arouca. Era usual até aos inícios do século XX, trazerem os arquivos para suas casas, onde muitas vezes exerciam as suas funções e ofícios públicos. Assim, este fundo de tabelionato, composto por 9 livros, datados entre 1778-1812 é de extrema importância para a história local e julgavam-se, até há bem pouco tempo, totalmente, perdidos. Estão já devidamente descritos e acessíveis a todos os investigadores³¹.

Outro aspeto relevante deste sistema documental da família Moreira Aranha Furtado de Mendonça é englobar várias casas, há séculos, na posse desta família, nomeadamente a casa de Nojões, a casa da Póvoa, a casa do Fofo e a casa dos Morgados³². Alguns documentos já estão descritos e digitalizados, pois à medida que vão sendo tratados arquivisticamente vão sendo disponibilizados para que os investigadores e genealogistas possam ir trabalhando os mesmos³³. Tratam-se de grandes casas agrícolas na posse de uma nobreza, essencialmente rural, que fazia parte da oligarquia local, o que torna estas fontes importantes para estudos socioeconómicos.

Estes sete fundos documentais expostos são um pequeno exemplo deste processo de salvaguarda dos arquivos de família que se iniciou e processou muito lentamente. Acreditamos que será esta a fórmula para se ir conquistando a confiança destas famílias, de maneira a que as mesmas franqueiem as portas de suas casas, nos permitam a entrada na sua intimidade e compreendam a necessidade de facultar o acesso de todos, aos seus arquivos privados. Se, inicialmente procuramos estes arquivos e, numa primeira fase, foi difícil convencer os proprietários a confiarem em nós, hoje em dia, são estas famílias a procurarem o Arquivo Municipal de Penafiel e a solicitarem apoio no tratamento dos seus espólios documentais. Assim, os documentos têm saído

³⁰ Hoje denominado concelho de Castelo de Paiva.

³¹ Para consultar os mesmos veja-se <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=615CD268-C62E-4171-B0E6-8F613F856861>

³² As duas primeiras no concelho de Castelo de Paiva, distrito de Aveiro e as duas últimas no concelho de Penafiel, distrito do Porto.

³³ Veja-se em <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/search/results?p=166E4FEC-CC81-454F-BB75-62C25841085A>



dos armários e caves, para as prateleiras e caixas de arquivo. Mas, o mais importante é que, graças à descrição e digitalização, estas histórias e memórias ganham asas e permitem enriquecer a nossa história, deixando de ser meras memórias tristes e esquecidas, para serem fontes científicas de trabalhos históricos, cuidados, dando origem a teses, artigos científicos e vários livros, tornando-se documentos de todos.

Tratamento Arquivístico dos Arquivos de Família: Metodologia usada

Os Arquivos de família constituem sistemas documentais que implicam, por parte dos arquivistas, um tratamento específico. Cada família é um caso único, com características e orgânicas próprias, que se inter-relacionam de forma única consoante cada caso. Assim, antes de se iniciar a descrição arquivística destes fundos documentais, é necessário proceder a várias etapas prévias.

Em primeiro lugar, é necessário conhecer a família que produziu os referidos documentos. Sem conhecer a família produtora do arquivo em questão, não conseguimos entendê-lo, nem compreender os seus documentos e a forma como os mesmos se relacionam entre si. Assim, é imperioso que se elabore a árvore genealógica desta família. Só desta forma, poderemos conhecer aqueles que produziram informação documental, em que data viveram, com quem casaram. O conhecimento da genealogia destes indivíduos permite-nos logo, perceber se por casamento se aliaram a outras casas, o que explicará a existência, nesse arquivo, de documentos provenientes de outras famílias, de outros morgadios e de outras quintas e solares. Após a elaboração da dita árvore genealógica, é necessário elaborarmos pequenas biografias para cada um dos seus membros, essencialmente, para aqueles que produziram ou acumularam documentos. É fundamental a sua análise nestas duas fases.

Muitas vezes, no próprio arquivo da casa, já existem estudos genealógicos que podemos aproveitar, apesar de termos sempre verificar a sua exatidão, recorrendo a registos paroquiais de nascimento, casamento e óbito, bem como a diligências de habilitação ou testamentos, que, também, nos fornecem informações relevantes. Instrumentos públicos de dotes e arras, cartas régias de nomeação para cargos, diários e agendas pessoais, são documentos relevantes para que possamos elaborar as pequenas biografias de cada membro da família em estudo. Conhecendo cada indivíduo que foi produtor ou recetor de massa documental, entenderemos melhor essa documentação, para poder, posteriormente, descrevê-la. Deveremos ter em conta que, em muitas famílias, sobretudo da nobreza, os nomes próprios vão-se repetindo de geração em geração, sendo frequente termos avôs, pais e netos exatamente com o mesmo nome. Só o conhecimento profundo da vida de cada um deles nos permite entender quem foi o produtor de cada documento. Só a compreensão da vida de cada elemento, dos cargos que ocupou, dos estudos que teve, das confrarias em que foi membro, é que nos vai permitir compreender e identificar o motivo por que, muitas vezes, encontramos



documentos que pertencem a outros fundos documentais dentro do solar onde estes homens viveram³⁴.

Em segundo lugar, importa estudar a casa ou casas onde a família habitou. Conhecer quando foram construídas, as mudanças que foram sofrendo ao longo das gerações desta família. Importa identificar as casas de habitação permanente e as de habitação temporária. Muitas vezes, o arquivo da família respeitante à gestão do património³⁵ encontrava-se na casa onde se recolhiam os foros, onde iam os caseiros e que, frequentemente, só era usada pela família na altura das colheitas e do pagamento das rendas. Desta forma, era lógico que esses documentos que, na altura, tinham um valor administrativo enorme, estivessem no lugar onde era necessário usa-los para a administração das propriedades. Ao contrário, os documentos pessoais³⁶ acompanhavam os elementos da família, estivessem eles numa propriedade ou noutra.

Seguidamente, deveremos conhecer bem as propriedades da família, bem como as freguesias e lugares onde as mesmas se situavam, sobretudo, conhecer a toponímia da região. Sem conhecer a naturalidade destes homens e mulheres, os locais onde nasceram, percorreram e viveram, não os poderemos conhecer a eles e tratar a documentação que produziram. Cada um deles é produto da sua família, mas, também, da época em que viveu, do local onde nasceu e cresceu, das pessoas com quem se relacionou.

Em quarto lugar, deveremos verificar se o arquivo que chegou às nossas mãos possui algum tipo de ordem original. Nos inúmeros arquivos de família que têm sido tratados e estudados no Arquivo Municipal de Penafiel, verificamos, que em cerca de 80% dos casos, a família que os produziu organizou a documentação. Isto verifica-se, essencialmente, para os documentos relativos à gestão das propriedades. Como referimos anteriormente, esses documentos eram a base da atividade económica da família. Se os mesmos não permitissem uma pesquisa rápida, um acesso eficaz à informação, poderia resultar em perdas económicas. Havia que conferir quem era o caseiro de determinado terreno, quanto este deveria pagar, quem tinha acesso e quando à água que passava em determinada leira de terra. Desta forma, é usual verificarmos a existência de Tombos de Propriedades, devidamente organizados e com boas encadernações, muitos deles com índices, remissivas e apontamentos feitos ao longo de gerações de administradores da dita propriedade. Também é comum, a existência de capas, organizadas por concelhos, dentro dos concelhos, por freguesias e mesmo dentro das freguesias, por lugares, onde os administradores destas terras tinham as suas

³⁴ Lembramos o caso dos livros de nota de tabeliães referidos acima, nos arquivos da família Monteiro Guedes de Vasconcelos Mourão e da família Moreira Aranha Furtado de Mendonça. Mas, existem muitos mais exemplos. Já verificamos a existência de estatutos originais de confrarias, atas de irmandades, documentos pertencentes a juntas de paróquias e mesmo a Câmaras Municipais. Frequentemente, na Idade Moderna, as reuniões faziam-se nas casas, não tendo as associações, irmandades e confrarias uma sede permanente.

³⁵ Referimo-nos, por exemplo, a compras e vendas de propriedades, emprazamentos, relações de foreiros, listagens de foros, entre outros documentos desta tipologia.

³⁶ Como por exemplo, correspondência, agendas, diários.



propriedades. Tal, permitia aceder rapidamente à informação sobre uma sorte de mato específica, sobre um prazo, sobre um foro³⁷. Esta ordem original deve, assim, ser estudada e mantida, uma vez que por si só diz muito sobre a família e sobre a forma como administrava o seu território.

Após todas estas fases concluídas, é que podemos elaborar o quadro classificativo deste arquivo. A classificação deverá ser feita posteriormente a este estudo e dessa forma, não poderemos aplicar um quadro classificativo pré-elaborado e igual para todos os arquivos de família. Cada uma delas é única. De forma que cada arquivo de família tem características e especificidades únicas. Após estas etapas é que poderemos começar a descrever os documentos. Devido a todas estas características, optamos, quase sempre, por descer a uma descrição documento a documento, pois se ficarmos por uma descrição a nível de série iríamos perder imensa informação.

O Mapeamento e Recenseamento das Casas Senhoriais

Os protocolos efetuados pelo Arquivo Municipal de Penafiel com as famílias detentoras destes acervos documentais tem salvaguardado muito património arquivístico e evitado a fragmentação de muitos destes arquivos. Contudo, consideramos que não era, ainda, o suficiente. Desta forma, iniciou-se a construção de uma base de dados, onde se assinalasse todas as casas nobres e grandes casas agrícolas que existem nesta região, ou para as quais temos informação documental que existiram, mesmo que já tivessem desaparecido. Para cada uma das casas registadas na referida base de dados, tentamos obter o maior número de informação sobre cada uma. Desta forma, procedemos à recolha de fontes documentais para o seu estudo, quer fontes documentais existentes no Arquivo Municipal, quer noutros arquivos nacionais. Recolhemos registos fotográficos das mesmas, ao longo das épocas, essencialmente, do seu estado atual. Procedemos à recolha de memória oral sobre as mesmas, junto dos proprietários atuais, de antigos proprietários, vizinhos ou pessoas que trabalharam nestas casas ou nos seus campos. Indagamos junto dos seus proprietários se a casa e a família ainda possuem arquivo da mesma ou fundos bibliográficos, verificando se existe interesse por parte dos mesmos, no apoio ao tratamento do acervo documental. Todas estas informações são registadas na referida base de dados. Este mapeamento e recenseamento torna-se, desta forma, um projeto em aberto, que estará sempre a ser alimentado e a crescer, à medida que se forem descobrindo novas casas ou novas informações e fontes documentais sobre cada uma das casas recenseadas.

³⁷ Veja-se a organização dada pela família Moreira Aranha Furtado de Mendonça, aos documentos relativos às suas propriedades. As capas elaboradas pela família no século XIX possuem a indicação da freguesia e de cada lugar da mesma, encontrando-se depois dentro de cada uma, todos os documentos (várias tipologias: emprazamentos, vedorias, compras e vendas, remissão de foros) relativos às terras naquele lugar. Existindo, assim, capas com os títulos, por exemplo: Freguesia de Raiva, lugar de Serradelo; Freguesia de Raiva, lugar de Folgoso. Como se pode verificar em <https://arquivomunicipal.cm-penafiel.pt/LBWOPAC/Register/Index/99236f27-ab55-4bbc-817a-1fd72b722a91>



O projeto de mapeamento só teve início em agosto de 2024 e até ao momento já conseguimos identificar perto de 300 casas e quintas no concelho de Penafiel e nos concelhos vizinhos. Infelizmente, muitas delas, em muito mau estado de conservação e algumas mesmo em ruínas. A maior parte já não pertence à família que lhes deu origem e grande parte delas já perdeu o seu arquivo, ou este já se encontra fragmentado por vários herdeiros. O terreno circundante das mesmas já foi reduzido ao mínimo, devido a partilhas ou expropriações, cedências ou vendas. Verificamos, também, que junto a estas casas ou dentro destas quintas ainda se encontram os descendentes de foreiros, caseiros, criados e feitores, existindo uma linhagem paralela aos senhores das casas, constituída por aqueles que as serviram e que, ainda, velam por elas.

Conclusão

O desaparecimento que se está a verificar deste património arquitetónico e do património móvel associado a estes solares, nomeadamente o património arquivístico, as bibliotecas, os utensílios agrícolas, o vestuário, o mobiliário, entre outros, obriga à tomada de medidas urgentes. As casas senhoriais e as grandes casas agrícolas que proliferaram por todo o território português, sobretudo no norte, desde a Idade Média até aos finais da Idade Moderna, são um património cultural inestimável. Nelas se concentrava a elite local, a partir de muitas delas se governou partes do território, se determinou a forma de exploração agrícola, se reuniram políticos e militares. Para além disso, nestas casas habitava a família alargada dos proprietários e um conjunto de indivíduos que gravitava à volta da mesma: padres, confesores, criados, caseiros, foreiros, amigos, o que permite estudos alargados ligados à história social, económica, política, entre muitos outros.

O fim da lei do morgadio e o declínio da agricultura na Época Contemporânea foi um duro golpe para estas casas e suas propriedades, que se fracionaram, verificando-se, cada vez mais, o abandono ou destruição deste património. Tornou-se, assim, imperioso criar soluções para tentar colmatar ou reduzir estas perdas. Desta forma, os contratos/protocolos estabelecidos, entre o Arquivo Municipal e os proprietários destas casas, foram uma das soluções criadas para tentar proteger estes arquivos e a informação histórica que estes possuem. Para além disso, esta solução permite democratizar o acesso a estes arquivos que se encontravam apenas acessíveis à família que os possuía ou aos amigos que frequentavam estas casas. O mapeamento e recenseamento de todas as casas que existiram e/ou existem, assinalando as que possuem arquivo/biblioteca, bem como todas as fontes documentais que nos possam fornecer informação sobre as mesmas ou sobre os seus proprietários, ao longo da sua história, foi outra das medidas usadas. Este permite conhecer quantas casas nobres e grandes casas agrícolas existiram e/ou existem neste território, o estado de conservação das mesmas, quais os Senhores/família que lhes deu origem e a sucessiva mudança de proprietários que tiveram ao longo da sua história até aos dias de hoje. Permite, ainda, a elaboração de um historial da implantação das mesmas e da fraturação da propriedade envolvente.

Os arquivos que este projeto disponibiliza trazem fontes documentais, até há poucos anos inéditas e abrem enormes e variados caminhos de investigação. Referimos a investigação na área da história, mas, também, no âmbito da sociologia, arquitetura, entre outros. Na área da história, por exemplo, permitem o estudo de várias franjas da sociedade, desde as elites aos mais desfavorecidos que gravitavam em torno destas famílias. Permite, também, estudos económicos, estudo da posse e exploração dos recursos agrícolas, o estudo das várias estratégias de partilha e conservação de património ou engrandecimento deste. No que se refere à história social, coloca-nos ao dispor fontes documentais importantes para o estudo da família, do papel das mulheres, das crianças, entre muitos outros.

Referências:

AZEVEDO, C. **Solares Portugueses**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

CARDOSO, V. J. C. P. F. **Catálogo do Acervo Documental do Arquivo da Casa das Mouras**. Tese (mestrado em História e Património – ramo Arquivos Históricos). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2013.

CARDOSO, V. J. C. P. F. O Morgado de Paço de Sousa: da administração de Pedro Leite Pereira de Melo à organização documental do arquivo da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada. In SEMINÁRIO PENAFIEL E PENAFIDELENSES NA HISTÓRIA, I, 29 de outubro de 2016, Penafiel. **Atas**. Disponível em: <<https://independent.academia.edu/AmigosdoArquivodePenafiel>>. Acesso em: 11 de set. de 2025.

GOMES, C. Casa da Companhia: o Morgado de Paço de Sousa e o seu fundador. In SEMINÁRIO PENAFIEL E PENAFIDELENSES NA HISTÓRIA, I, 29 de outubro de 2016, Penafiel. **Atas**. Disponível em: <<https://independent.academia.edu/AmigosdoArquivodePenafiel>>. Acesso em: 11 de set. de 2025.

FERNANDES, P. S. C. O Palacete da Batalha: Vicissitudes de um Palácio entre bailes e guerras. **Revista CEPHIS**, Vila Nova de Famalicão, v. 8, p. 389-414, 2018.

FERNANDES, P. S. C. Proteger o seu arquivo de família, através de contratos de depósito. In ROSA, M. L.; NÓVOA, R. S. (coords.). **Arquivos de família: Memórias Habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco**. Lisboa: IEM- Instituto de Estudos Medievais, 2014. P. 76-93.

FERNANDES, P. S. C. Quando um filho segundo da nobreza palaciana se faz ao mar... as angústias e desejos de Dom Manuel Maria Gonçalves Zarco da Câmara (1789-1825). In ARAÚJO, M. M. L.; FERNANDES, P. S. C.; BARROSO, V. L. M. (coords.). **Sociedade, Emoções e Sentimentos**. Braga: Lab2pt, 2024. P. 254-273.



SANTOS, V. J. R. **O Arquivo da família Sottomayor e Menezes/Magalhães da Silva (1614-1995): estudo orgânico-funcional e inventário.** Tese (mestrado em História e Património – ramo Arquivos Históricos). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2018.

ZELLER, R. V.; CUNHA, M. G.-H. **Lemos, de Vale Formoso.** [S.L.]: Rita Van ZELLER, Miguel Gorjão-Henriques da CUNHA, 2023.